

Circular nº 246/2025

Brasília (DF), 2 de junho de 2025.

Às seções sindicais, às secretarias regionais e às(aos) Diretoras(es) do ANDES-SN

Assunto: Envia relatório da reunião conjunta do GT Carreira e do Setor das IFEs.

Companheiras(os),

Encaminhamos, para conhecimento, o relatório da reunião conjunta do Grupo de Trabalho de Carreira (GT Carreira) e Setor das IFEs, realizada no dia 11 de abril de 2025, no CEFET (*Campus Maracanã*), no Rio de Janeiro (RJ).

Sem mais para o momento, renovamos nossas cordiais saudações sindicais e universitárias.

Prof. Alexandre Galvão Carvalho
2º Secretário

**RELATÓRIO DA REUNIÃO CONJUNTA DO GRUPO DE TRABALHO GT
CARREIRA E DO SETOR DAS IFES
CEFET (CAMPUS MARACANÃ), RIO DE JANEIRO (RJ) - 11 DE ABRIL DE
2025**

11/04/2025 (Sexta-feira) – Manhã

9h às 12h: Painel Temático Implicações da implementação do Reconhecimento de Saberes e Competências (RSC) para todo o conjunto do magistério federal.

Mesa: Jennifer Susan Webb (1º Tesoureira) e Clarissa Rodrigues (2ª Vice-Presidenta Regional Leste).

Coordenação: Breno Ricardo Guimarães Santos (1º Vice-Presidente Regional Pantanal).

Relatoria: Fernando Correia Prado (1º Secretário Regional Sul).

Diretoria: Alexandre Galvão Carvalho (2º Secretário), Cláudia Lino Piccinini (1ª Vice-Presidenta Regional Rio de Janeiro), Fernando Correa Prado (1º Secretário Regional Sul), Gilberto Grassi Calil (1º Vice-Presidente Regional Sul), Helton Saragor de Souza (2º Vice-Presidente São Paulo), Josevaldo Pessoa da Cunha (2º Vice-Presidente Nordeste II), Maria Ceci Araújo Misoczky (2ª Vice-Presidenta Regional Rio Grande do Sul) e Mario Mariano Ruiz Cardoso (1º Vice-Presidente Leste).

Representantes das seções sindicais: Alberto Jorge Silva de Lima (ADCEFET-RJ), Marta Máximo Pereira (ADCEFET-RJ), Marinalva Vilar de Lima (ADUFCG), Fernanda de Araújo Binatti (ADUFES), Maria Cecília Sousa de Castro (ADUFF), Raul Nunes de Oliveira (ADUFF), Mariuza Aparecida Camillo Guimaraes (ADUFMS), Antonio Kelson Vieira da Silva (ADUFPI), Maria Auxiliadora Feio Gomes (ADUFRA), Guilherme Dornelas Camara (ANDES/UFRGS), Jean Filipe Domingos Ramos (APESJF), Gustavo Borda de Miranda (APROFURG), Antônio Gonçalves Filho (APRUMA), Geraldo Adriano Emery Pereira (ASPUV), Vania Beatriz Rey Paz (SEDUFMS), Luiz Augusto Mazzarolo (SESDUFT), Adilson Mendes Ricardo (SINDCEFET-MG), Marcia Andrade

Morais (ADCEFET-RJ), Carlos Augusto Aguilar Júnior (ADUFF), Jorge de Moura Barros (ADUA), Aurelino Jose Filho (ADUFU), André Luiz Sabino (ADUFU), Gregory Magalhães Costa (ASDUERJ), Lilian Simone Amorim Brito (ADUFPA), André Rosa Martins (SINDOIF), Luiz Henrique Schuch (ADUFPEL), Isabella VCP Pedroso (ADUFF) e Elisa Guaraná (ADUR).

A mesa coordenadora abriu os trabalhos às 9h30, agradecendo a presença de todas(os) e o trabalho de organização local por parte do ADCEFET-RJ-Seção Sindical. Informou a deliberação do 43º Congresso no sentido de “Pautar, em reunião conjunta do GT Carreira e Setor das Federais, o debate sobre as implicações da implementação do Reconhecimento de Saberes e Competências (RSC) para todo o conjunto do magistério federal, com realização de painel temático”, e apresentou a ordem dos trabalhos, começando no período da manhã pelo “Painel Temático Implicações da implementação do Reconhecimento de Saberes e Competências (RSC) para todo o conjunto do magistério federal”, e seguiram, no período da tarde, com o debate sobre o cumprimento do acordo de greve das federais, nos itens relacionados à carreira e suas implicações.

A coordenação da mesa passou então a palavra para a diretora Clarissa Rodrigues, da coordenação do GT Carreira e do Setor das Ifes, que, após se apresentar, orientou sua intervenção abordando o histórico da formação técnica e tecnológica, a criação dos Cefets e IFs, e seus impactos na carreira ao longo de diferentes momentos na história recente. A partir desse histórico, abordou-se a questão do surgimento do reconhecimento de saberes e competências. Ressaltaram-se aspectos criticados, tanto pelo ANDES-SN quanto pelo SINASEFE, desde no momento de sua criação, no sentido de não haver garantia orçamentária, não garantir a possibilidade de alcance ao topo na carreira, segmentar a categoria, comprometendo a estrutura da carreira, dentre outros temas.

Após a apresentação da diretora Clarissa Rodrigues, a mesa passou a palavra para a diretora Jennifer Webb, que registrou o acúmulo recente de debates, em diversas instâncias do sindicato acerca da questão do RSC. Registrou também a importância da realização da reunião no espaço do Cefet-RJ, considerando as lutas travadas pela categoria EBTT, em particular em relação à questão do controle de ponto e às formas de resistência que o sindicato tem organizado. A partir do histórico de seu percurso de

formação, abordou a questão em debate: a possibilidade de extensão do RSC para o Magistério Público Superior. Enfatizou a necessidade de reflexão sobre a equivalência de titulação, através de RSC, para a categoria como um todo. Abordou o tema a partir da aparência imediata de seus efeitos e os elementos mais determinantes em sua essência.

Repassou a denominação básica de RSC: RSC 1, equivalente à especialização; RSC 2, equivalente ao mestrado; RSC 3, equivalente ao doutorado. A Lei nº 12.772/2012 estabeleceu o RSC e o tempo de regulamentação por parte das instituições, em torno de 3 anos após a lei, momento em que houve diversos pedidos de RSC. Destacou o fato de que o RSC possibilita que docentes com a mesma titulação possam ter diferentes remunerações, a partir da concessão de RSC, gerando distorções internas à categoria.

Concentrou o debate a partir do tema proposto pela deliberação congressual, de acúmulo sobre a possibilidade de implementação do Reconhecimento de Saberes e Competências (RSC) para todo o conjunto do magistério federal, considerando que, neste setor da categoria, 80% têm doutorado. Ressaltou a defesa de condições de formação continuada. Abordou a mudança de perfil da categoria em início de carreira, considerando que, atualmente, o início de carreira se dá predominantemente com nível de doutorado. Assinalou que, para a carreira EBTT, em contraste, 40% tem doutorado, o que revela maiores dificuldades de titulação, por impedimentos de substituição, entre outros aspectos. Comentou as diferentes singularidades da atuação de docentes nos diferentes níveis de formação, e que isso, contudo, deve implicar em entendimento de projeto de carreira única, articulando, em todos os espaços, o ensino, a pesquisa e a extensão. Ressaltou que o sindicato não tem nenhuma deliberação contrária ao RSC, e que cabe ao sindicato debater essa questão a partir de suas diferentes determinações, abordando aparência e essência do tema.

Destacou o RSC enquanto política focalizada, no sentido de possibilitar suprir gargalos de formação. Enfatizou que o governo tem interesse na manutenção do RSC, pois esse instrumento não permite alcançar o topo da carreira - que tem atualmente como pré-requisito o título de doutorado -, além da possibilidade de retirada do instrumento, no sentido de sua falta de relação com a estrutura de carreira. A partir dos elementos trazidos, retornou à questão, que deverá ser abordada pela categoria com todas as questões

pertinentes, sobre a possibilidade de defesa da extensão do RSC para toda a categoria do magistério público superior, tanto em termos de um período específico ou como política permanente.

Após as exposições das diretoras Clarissa Rodrigues e Jennifer Webb, a mesa abriu para debate sobre a questão. Numa primeira rodada, houve intervenções das(os) professoras(es): Gustavo Borba de Miranda (Aprofurg), André Martins (Sindoif/RS), Marta Máximo Pereira (Adcefet-RJ) e Alberto Jorge Silva de Lima (Adcefet-RJ).

As intervenções abordaram os seguintes temas: RSC como elemento que pode desestimular a formação continuada; defesa da carreira única; disparidades na carreira; luta por eliminar travas de ascensão na carreira; dificuldade de pensar o RSC em provisório, como forma de acabar as distorções de carreira; atendimento do RSC para um setor mais antigo na carreira em determinado momento; RSC como solução provisória no processo de formação continuada; observação de que, na atualidade, há uma demanda na própria carreira para formação continuada; importância do RSC para setor da categoria que não tem acesso à formação devido às localidades não oferecem programas na área; necessidade de levantamento de dados no histórico dos últimos 13 anos no sentido de averiguar em que medida o RSC gerou ou não desincentivo à formação continuada; perspectiva de que o sindicato faça a defesa para o RSC ao magistério público superior; decisão judicial que reconheceu o direito do RSC para aposentadas(os) anteriores a 2012, com direito à paridade; mapear como as instituições têm se adequado à decisão judicial.

A mesa passou novamente às diretoras, que abordaram os temas levantados nas intervenções. Ressaltaram o elemento comum em algumas intervenções, no sentido de frisar as diferenças das solicitações de RSC num primeiro momento de sua implementação, em 2012, em que houve o aspecto etário e o tempo de carreira como determinantes, e sua utilização na atualidade. Destacaram a necessidade de avançar em análise mais atualizada sobre afastamento de formação a partir do RSC, algo que se apresentou no início, mas que poderia haver diferença na atualidade. Também trouxeram dados sobre idade de ingresso na carreira, com diferenças entre MS e EBTT.

Destacaram a necessidade de apontar as contradições de determinadas pautas que se colocam para a categoria. Há luta contra o notório saber no ensino médio e a pedagogia

das competências. Apontaram também os processos de divisão da categoria que o tema suscita.

A coordenação da mesa passou para o próximo bloco de intervenções. Nesta segunda rodada, houve intervenções das(os) professoras(es): Gregory Magalhães Costa (Asduerj), Carlos Augusto Aguilar Júnior (Aduff), Mário Mariano Cardoso (Diretoria ANDES-SN), Josevaldo Cunha (Diretoria ANDES-SN), Luiz Henrique Schuch (Adufpel), Adilson Mendes Ricardo (Sindicet-MG), Antônio Gonçalves Filho (Apruma), Marinalva Vilar de Lima (Adufcg), Geraldo Adriano Emery Pereira (Aspuv), André Luiz Sabino (Adufu), Lilian Simone Amorim Brito (Adufpa) e Gustavo Borba de Miranda (Aprofurg).

As intervenções abordaram os seguintes temas: pontos recorrentes que aparecem na diferença entre o Magistério Superior (MS) e educação básica; necessidade de titulação cada vez maior para ingresso na carreira derivada da escassez de concursos, que fazem acumular doutoras(es) em busca de trabalho; necessidade de condições de sequência de formação para avançar no fim de RSC; debate primordial da carreira única junto à existência do direito de RSC desde 2013; RSC será provisório, na perspectiva da construção da carreira única; enquanto há este direito, há necessidade de estendê-lo para toda a carreira; existência de pedidos de RSC por parte de docentes do MS; decisão que será da categoria, a partir de debates e acúmulos; necessidade de não perder de vista a perspectiva de construção da carreira única; mediações no processo de luta pela carreira única, em especial aquelas relativas à remuneração; crítica à abertura que o Marco Legal de C&T deu para busca de recursos, diante da desvalorização da remuneração; a divisão da categoria para economia do governo; desestruturação da carreira com a Lei de 2012; compensação discriminatória de docentes EBTT em relação à formação continuada, descolando a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão; naturalizar a RSC seria um tiro no pé na transição para a carreira única; críticas do sindicato ao RSC, embora sem posição de categoria contrária; existência de docentes que precisam desse direito, por diversos motivos: afastamento de centros de formação, questões familiares, entre outros; defesa de salários iguais para trabalho iguais; necessidade de abrir o debate para que outros pontos sejam analisados; a greve resgatou o interesse de debater carreira a partir de princípios, e sua complexificação na última década, a partir de atalhos e

desestruturação da carreira, a partir de determinada correlação de forças; em que medida as políticas focais nos aproximam ou nos distanciam da carreira única; critérios de evolução na carreira não podem supervalorizar a pós-graduação; abrir mão desse direito para unificação da carreira ou acolher o direito no processo de luta pela unificação da carreira; questionamento se a pós-graduação deve ser vista como um direito ou uma obrigação; dados específicos de realidade de cada universidade; tempo desigual de licença para doutorado e mestrado; alteração de resoluções nas universidades para ingresso com doutorado; luta pela manutenção do concurso público; não se pode acabar com RSC no imediato, com necessidade de articulação da carreira única; necessidade de definição melhor de procedimento de progressão de carreira, com isonomia para progressão e afastamento; discurso interno na categoria em que há defesa de meritocracia.

Terminada a segunda rodada de intervenções, a mesa passou a palavra para a mesa.

As diretoras ressaltaram a importância do debate e as diferentes instâncias de acúmulo que houve no período recente, destacando que não há um posicionamento específico da diretoria nacional, mas um levantamento de questões e contradições para serem abordadas pela categoria, e que é fundamental abrir espaço ao contraditório e às divergências de análises.

Propostas de encaminhamento:

- Manter o ANDES-SN no CP RSC;
- Mapear as instituições que não têm regulamento interno sobre o RSC;
- Debater o RSC no Magistério Superior como transição para uma carreira única;
- Extinção do RSC no momento em que conseguirmos eliminar as barreiras de formação;
- Cartografia de como está ocorrendo a formação de docentes na carreira EBTT, tempos de afastamento e sua relação com RSC;
- Exigência do governo de uma definição melhor de procedimento de progressão de carreira, com isonomia para progressão e afastamento.

11/04/2025 (Sexta-feira) – Tarde

14h às 18h – Debate sobre o cumprimento acordo de greve das federais nos itens relacionados à carreira e suas implicações.

Mesa: *Coordenação:* Mário Mariano Ruiz Cardoso; *Relatoria:* Clarissa Rodrigues;
Abertura do ponto: Jennifer Webb.

Diretoria: Alexandre Galvão Carvalho (2º Secretário), Breno Ricardo Guimarães Santos (1º Vice-Presidente Regional Pantanal), Cláudia Lino Piccinini (1ª Vice-Presidenta Regional Rio de Janeiro), Fernando Correa Prado (1º Secretário Regional Sul), Helton Saragor de Souza (2º Vice-Presidente São Paulo), Josevaldo Pessoa da Cunha (2º Vice-Presidente Nordeste II) e Maria Ceci Araújo Misoczky (2ª Vice-Presidenta Regional Rio Grande do Sul).

Representantes das seções sindicais: Marinalva Vilar de Lima (ADUFCG), Fernanda de Araújo Binatti (ADUFES), Maria Cecília Sousa de Castro (ADUFF), Raul Nunes de Oliveira (ADUFF), Mariuza Aparecida Camillo Guimaraes (ADUFMS), Luiz Henrique Schuch (ADUFPEL), Regina Cohen Barros (ADUR-RJ), Maria Auxiliadora Feio Gomes (ADUFRA), Guilherme Dornelas Camara (ANDES/UFRGS), Jean Filipe Domingos Ramos (APESJF), Gustavo Borda de Miranda (APROFURG), Antônio Gonçalves Filho (APRUMA), Vania Beatriz Rey Paz (SEDUFMS), Luiz Augusto Mazzarolo (SESDUFT), Adilson Mendes Ricardo (SINDCEFET-MG), André Rosa Martins (SINDOIF), Lilian Simone Amorim Brito (ADUFPA), Jorge de Moura Barros (ADUA), Isabella VCP Pedroso (ADUFF), André Luiz Sabino (ADUFU), Aurelino Jose Filho (ADUFU), Cristiano BOWEAU (ADUFPB) e Antonio Kelson Vieira da Silva (ADUFPI).

O diretor Mariano Ruiz Cardoso (mesa) abriu os trabalhos, recordando que seguimos na segunda etapa da reunião conjunta entre GT Carreira e Setor das Federais, com o debate sobre o cumprimento acordo de greve das federais nos itens relacionados à carreira e suas implicações. A mesa se apresentou e, em seguida, passou a palavra para

informes da ADCEFET-RJ em relação ao espaço e momentos da atividade. Feitos os informes, a coordenação da mesa ressaltou o momento de perseguição e tentativa de cassação do mandato do deputado federal Glauber Braga, que está em greve de fome em resistência à perseguição. A diretora Clarissa Rodrigues também recordou a atuação de censura e perseguição ocorrida no SindCefet-MG em relação à luta contra a anistia para golpistas. Também recordou a luta por memória e justiça.

A diretora Jennifer Webb iniciou sua fala a partir da relação entre elementos do acordo de greve das federais e itens relativos à carreira. Lembrou também a dinâmica da reunião conjunta do GT Carreira e setor das IFES. Em sua intervenção destacou itens do acordo de greve que tem relação direta com questões de carreira, para abrir a discussão do período da tarde. Destacou que, para além da MP 1286/2024, o governo apresentou o PL 1466/2025, que trata de diversos temas, entre os quais, em seus capítulos XXIII e XXIV, os Planos de Carreira do Magistério Federal e Ensino Básico Federal. Para abrir o ponto, apresentou diversos elementos do acordo de greve que incidem sobre a carreira. Após as exposições da diretora Jennifer Webb, a mesa abriu para debate sobre **a questão**.

Numa primeira rodada, houve intervenções das(os) professoras(es): Carlos Augusto Aguilar Júnior (Aduff); Marta Máximo Pereira (Adcefet-RJ); Fernanda de Araújo Binatti (Adufes); Clarissa Rodrigues (Diretoria do ANDES-SN); Gustavo Borba de Miranda (Aprofurg); Luiz Augusto Mazzarolo (Sesduft); Jorge de Moura Barros (Adua); Antônio Gonçalves Filho (Apruma); Mariuza Aparecida Camillo Guimarães (Adufms); Helton Saragor de Souza (Diretoria do ANDES-SN), Marinalva Vilar de Lima (Adufcg); Guilherme Dornelas Câmara (ANDES-SN/UFRGS); Luiz Henrique Schuch (Adufpel); Mário Mariano Ruiz Cardoso (Diretoria do ANDES-SN) e Fernando Correa Prado (Diretoria do ANDES-SN).

Em reinscrições, houve intervenções das(os) professoras(es): Marta Máximo Pereira (Adcefet-RJ); Clarissa Rodrigues (Diretoria do ANDES-SN); Luiz Augusto Mazzarolo (Sesduft) e André da Rosa Martins (Sindoif/RS).

As intervenções abordaram os seguintes temas: controle de frequência de EBTT como indicador de frequência e atrelado ao auxílio transporte; possibilidade de que a demora do governo em atender o fim do ponto eletrônico esteja relacionada ao

atrelamento do auxílio transporte precisamente a tal controle; avaliação crítica da nota da AJN sobre a temática, por não contemplar diversas características do nosso trabalho; questões sobre alteração do decreto 1.590/1995 e não atendimento de docente EBTT; a questão da alteração do decreto 1.590/1995 e necessidade de constrangimento diretamente à presidência, via ofício conjunto do ANDES-SN e SINASEFE; necessidade de aproveitar o momento para aproximar o PL 1466/2025 para aproximar os elementos de carreira ao nosso projeto; em relação à portaria 983, reforçar que foi a greve que revogou a portaria, e que o Proifes assinou acordo anterior à revelia da categoria, sem essa conquista; intervenção do Tribunal de Contas na autonomia universitária; nota política do sindicato, a ser aprofundada na reunião do setor; relato de que há orientação da Diretoria Geral de Pessoas do IFRS no sentido de segurar progressões devido a mudanças de carreira e averiguar se está ocorrendo o mesmo em outros locais; necessidade de defesa da autonomia universitária; questionamento do RSC como tática ou como estratégia; diferença mínima entre remuneração de DE e 40h; casos em que se busca retirar período de doutorado no tempo de aposentadoria; elemento de controle do ponto através do Plano Individual de Trabalho Docente; judicialização de progressões e eventual orientação de abrir mão dos processos para levar a cabo progressões atrasadas; levantamento de procedimentos de progressão e possibilidade de unificação de procedimentos, com seus possíveis perigos; questão do adicional noturno e assinatura de ponto; questão do PL 1466/2025 e seus possíveis impactos a partir do Congresso; tentativas disfarçadas de controle de ponto; restrições à progressão e promoção presentes na MP 1286/2024; reforço à crítica da nota da AJN sobre controle de frequência; sobre alteração do decreto 1.590/1995, o ministro Rui Costa não quer avançar neste ponto, para não se vincular à pauta de servidoras(es); caráter antisservidor(a) público(a) do governo; há uma orientação do governo de não se vincular à extinção do controle de ponto; elementos do acordo que ainda não foram contemplados podem entrar como emenda do PL 1466/2025; avaliação mais complexa do PL, que irá afetar a carreira; seguimos vivendo um momento de reforma do Estado, desde os anos 1990; avaliação de que, no processo de greve e acordo, se colocou força em direções erradas, no sentido de conquistas estratégicas; tática do governo de fazer negociação sem data-base nos coloca em situação fragilizada e nos divide; do ponto de vista estratégico, nos fortalece a luta pela autonomia universitária; reenquadramento de aposentadas(os) deve ser baseado no

teto das novas carreiras, e, sobre isso, já houve uma série de ações junto ao governo para avaliar essa medida e suas soluções; o nosso acordo rebate numa parte da MP, que foi prorrogada recentemente; as progressões não devem ser interrompidas, pois a MP está válida e tem efeito executivo; o texto da MP e do PL trazem o SÍDEC, que é mais um elemento de reforma administrativa infraconstitucional; centralidade da retomada do SÍDEC na MP e no PL, no sentido de centralizar e padronizar os processos de progressão, e necessidade da categoria estar atenta aos perigos desse sistema, que se trata de mais uma forma de contrarreforma administrativa infralegal; existência de casos de cobrança retroativa de auxílio transporte recebido na pandemia; necessidade de mapeamento de situações particulares e termos uma política para a totalidade; situações que requerem análise da totalidade, entre as quais a incorporação do “sougov”; avaliação de que houve ganhos na greve, embora não tenhamos conquistado toda a pauta, e necessidade de pressionar mais o governo para que cumpra todo o termo de acordo.

Ao final de todas as intervenções, a mesa passou a palavra para a diretora Jennifer Webb, que abordou em sua fala alguns elementos:

i) entrada lateral e reenquadramento, que está sendo debatido em GT, embora com morosidade;

ii) IN 66, que foi objeto de discussão da greve, e governo já havia tomado decisão de que cairia, possibilitando contagem de retroativos;

iii) SÍDEC: não consta em nenhum acordo, mas foi colocado pelo governo e se trata de contrarreforma administrativa.

Às 17h se deu o encerramento da mesa, com informes sobre os prosseguimentos dos trabalhos nos próximos dias.

Propostas de encaminhamento:

- Ofício conjunto do ANDES-SN e SINASEFE ao Gabinete da Presidência da República sobre a questão do controle de ponto;



Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior
fundado em 19 de fevereiro de 1981

- Fazer emendas no PL 1466 para contemplar demandas da greve.

Brasília, 2 de junho de 2025.

DIRETORIA DO ANDES-SN



Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior
fundado em 19 de fevereiro de 1981

Circular 103/2025

ANEXO

Informes Reunião Conjunta GTCARREIRA e SETOR DAS IFES – Recebidos Via Formulário

Nº	SEÇÃO SINDICAL	RESPONSÁVEL PELOS INFORMES	INFORMES APRESENTADOS
1	ASPUV	Priscila Ribeiro	A Assembleia Geral da ASPUV, realizada no dia 11/03/2025 aprovou uma série de encaminhamentos relacionados ao não cumprimento do acordo da greve de 2024. São eles: - Campanha pela manutenção das bases constitucionais da saúde e educação; - Ações de mobilização para as mesas setoriais (especialmente carreira); - Mobilização Permanente pela aprovação da LOA; - Disposição para construção de greve; - Possibilidade de Ação Coletiva ou Individuais (perda inflacionária em função do atraso da LOA) – Jurídico.
2	ADUFES	Elisangela Pinho	1. fevereiro 13, 2025 - Adufes divulga Informe Jurídico sobre reajuste salarial e alteração de carreira Adufes divulga Informe Jurídico sobre reajuste salarial e alteração de carreira – Adufes 2. fevereiro 14, 2025 - Adufes repudia tentativa de extinção das eleições diretas para diretoras/es de escolas de Vitória Adufes repudia tentativa de extinção das eleições diretas para diretoras/es de escolas de Vitória – Adufes 3. fevereiro 19, 2025 - Confira as avaliações das/os delegadas/os e observadoras/es da Adufes no 43o Congresso do Andes-SN Confira as avaliações das/os delegadas/os e observadoras/es da Adufes no 43o Congresso do Andes-SN – Adufes 4 fevereiro 19, 2025 - GTCA promove Curso de Formação em Arte, Comunicação e Política a partir de março na Adufes GTCA promove Curso de Formação em Arte, Comunicação e Política a partir de março na Adufes – Adufes. 5. fevereiro 21, 2025 - Adufes participa de abertura da reunião da SBPC e reafirma posição contrária aos planos de privatização das unidades de conservação no Espírito Santo Adufes participa de



Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior

fundado em 19 de fevereiro de 1981

		abertura da reunião da SBPC e reafirma posição contrária aos planos de privatização das unidades de conservação no Espírito Santo – Adufes 6. fevereiro 27, 2025 - HISTÓRICO: Conselho Universitário da Ufes aprova cassação de títulos de Doutor Honoris Causa concedidos a membros da ditadura HISTÓRICO: Conselho Universitário da Ufes aprova cassação de títulos de Doutor Honoris Causa concedidos a membros da ditadura – Adufes 7. março 1, 2025 - Descumprimento do Acordo de Greve completa 250 dias durante o carnaval Descumprimento do Acordo de Greve completa 250 dias durante o carnaval – Adufes 8. março 7, 2025 - Adufes oferece novos ingressos para o filme “Ainda Estou Aqui”, vencedor do Oscar de Melhor Filme Internacional 2025. Adufes oferece novos ingressos para o filme “Ainda Estou Aqui”, vencedor do Oscar de Melhor Filme Internacional 2025 – Adufes 9. março 11, 2025 - Adufes apoia e participa ativamente do #8M em Vitória. Confira as fotos! Adufes apoia e participa ativamente do #8M em Vitória. Confira as fotos! – Adufes 10. março 12, 2025 - Docentes reunidos na sede da Adufes recebem informes e debatem diversos assuntos nesta quarta-feira, 12 - Docentes reunidos na sede da Adufes recebem informes e debatem diversos assuntos nesta quarta-feira, 12 – Adufes 11. março 17, 2025 - Adufes foi a seção com maior participação na enquete nacional sobre condições de trabalho e saúde docente Adufes foi a seção com maior participação na enquete nacional sobre condições de trabalho e saúde docente – Adufes 12. março 17, 2025 - 14 de março: Adufes promoveu ato e apresentação cultural marcando o Dia Nacional Marielle Franco de Enfrentamento da Violência Política de Gênero e Raça 14 de março: Adufes promoveu ato e apresentação cultural marcando o Dia Nacional Marielle Franco de Enfrentamento da Violência Política de Gênero e Raça – Adufes 13. março 20, 2025 - Relatório final do 43o Congresso do Andes-SN está disponível no site da Adufes Relatório final do 43o Congresso do Andes-SN está disponível no site da Adufes – Adufes 14. março 21, 2025 - Congresso aprova orçamento para 2025 e finalmente garante recomposição parcial dos salários prevista no acordo de greve de 2024 Congresso aprova orçamento para 2025 e finalmente garante recomposição parcial dos salários prevista no acordo de greve de 2024 – Adufes 15. março 25, 2025 - Nota da Diretoria do Andes-SN sobre o julgamento de Jair Bolsonaro e dos(as) demais responsáveis pela conspiração golpista Nota da Diretoria do Andes-SN sobre o julgamento de Jair Bolsonaro e dos(as) demais responsáveis pela conspiração golpista – Adufes
--	--	--

ENSINO PÚBLICO E GRATUITO: DIREITO DE TODOS, DEVER DO ESTADO.

SEDE NACIONAL ANDES-SN: Setor Comercial Sul (SCS), Quadra 2, Edifício Cedro II, 5º Andar, Bloco C - CEP 70.302-914 - Brasília - DF
Telefone: (61) 3962-8400 | E-mail: secretaria@andes.org.br

			16. março 26, 2025 - Docentes podem retirar na Adufes ingressos para qualquer filme em cartaz no Cine Jardins Docentes pode retirar na Adufes ingressos para qualquer filme em cartaz no Cine Jardins – Adufes 17. abril 2, 2025 - Eleição ANDES-SN: Debate entre as chapas será dia 10 de abril; confira as regras Eleição ANDES-SN: Debate entre as chapas será dia 10 de abril; confira as regras – Adufes
3	ADUFOP	João Paulo Ribeiro	19 de fevereiro – Convocação para a eleição para a próxima Diretoria da entidade e para o Conselho de Representantes, biênio 2025/2027. A eleição da entidade será realizada nos dias 7 e 8 de maio de 2025 concomitante com a eleição do ANDES-SN. Dia Internacional da Mulher Trabalhadora (8 de março) – A ADUFOP construiu e participou de atos do Dia Internacional da Mulher Trabalhadora em Ouro Preto e Mariana. Jornada de Lutas (10 a 14 de março) – Não foi realizada paralisação no dia 11 de março, não houve assembleia para deliberação. Durante a semana da Jornada de Lutas, a ADUFOP afixou faixas e outdoor nas cidades em que a ADUFOP tem campi (Ouro Preto, Mariana e João Monlevade. Foi feita a veiculação de informações sobre a Jornada em rádios das cidades. Além disso, foram realizadas panfletagens no ICSA (Mariana) e no Campus Morro do Cruzeiro (Ouro Preto). 12 de março - Homologação de candidaturas para a próxima Diretoria da entidade e para conselho de representantes ADUFOP - Biênio 2025-2027. Dia Nacional Marielle Franco de Enfrentamento da Violência Política de Gênero e Raça (14 de março) - Abertura da Exposição “Resistências e (Re)existências” no ICSA (Mariana), com análise da conjuntura das lutas pelos acordos de greve, Oficina de Breakdance, Mesa "Vivência e Interpretações de Gênero no Hip-Hop" e apresentação da Rapper Maju. 14 de março - Homologação de candidaturas - Diretoria e Conselho de Representantes ADUFOP. Link: https://www.adufop.org.br/post/homologa%C3%A7%C3%A3o-de-candidaturas-diretoria-e-conselho-de-representantes-adufop 25 de março - A ADUFOP publicou nota de repúdio referente a denúncia de racismo vivida por uma estudante de jornalismo enquanto morava em uma república estudantil

			particular em Mariana. Link: https://www.adufop.org.br/post/nota-de-rep%C3%BAdio-ato-racista-na-exposi%C3%A7%C3%A3o-resist%C3%Aancias-e-re-exist%C3%Aancias-no-icsa 26 de março - A ADUFOP participou e auxiliou o Debate "A MINERAÇÃO COMO ELA É! Perspectivas socioambientais, dos trabalhadores, das cidades, do país" na Escola de Minas, no Campus Morro do Cruzeiro, Ouro Preto. 27 de março - A ADUFOP público nota de repúdio diante de ato racista na exposição Resistências e (Re)Existências no ICSA. Link: https://www.adufop.org.br/post/nota-de-rep%C3%BAdio-ato-racista-na-exposi%C3%A7%C3%A3o-resist%C3%Aancias-e-re-exist%C3%Aancias-no-icsa 4 de abril - A ADUFOP auxiliou o DCE na construção de Assembleia Geral dos estudantes com uma van e equipamentos de som. A Assembleia pautou a interrupção do Restaurante Universitário em Ouro Preto e Mariana.
4	ADUFPEL	Elaine da Silva Neves	INFORME DA ADUFPELssind. na reunião do Setor (11 a 13/04/2025) Representante Luiz Henrique Schuch A ADUFPEL ssind. lançou campanha “Governos, financiar a educação é sua obrigação” inclusive com faixas e cartazes em toda a UFPEL. A mobilização no dia 11/03 foi aprovada na Assembleia, com atividade na Câmara de Vereadores pela manhã e “live” com as demais entidades durante a tarde (confraternização logo a seguir). O GTPE continua promovendo atividades com docentes a respeito das condições de trabalho/estudo na retomada do calendário acadêmico. Foram representantes da ssind. nas duas jornadas de mobilização em Brasília. Prossegue a divulgação da enquete sobre condições de trabalho e saúde docente. Foi instalada nova negociação com a Unimed. Confrontamos a posição do governo/reitoria a respeito da alteração nos registros de assiduidade em decorrência da normativa 71/vales refeição e transporte. Pela primeira vez a sucessão da diretoria da ssind. coincide com a da diretoria do ANDESSN e o prazo para inscrição de chapas já se encerrou.



Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior
fundado em 19 de fevereiro de 1981

Informes Reunião Conjunta GTCARREIRA e SETOR DAS IFES – Recebidos Via E-Mail – pós fechamento de recebimento via formulário

Nº	SEÇÃO SINDICAL	RESPONSÁVEL PELOS INFORMES	INFORMES APRESENTADOS
1	-	-	-

ENSINO PÚBLICO E GRATUITO: DIREITO DE TODOS, DEVER DO ESTADO.

SEDE NACIONAL ANDES-SN: Setor Comercial Sul (SCS), Quadra 2, Edifício Cedro II, 5º Andar, Bloco C - CEP 70.302-914 - Brasília - DF
Telefone: (61) 3962-8400 | E-mail: secretaria@andes.org.br